

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

NOÇÕES DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudio Roberto de Souza

Cacoal – RO
2008

CLÁUDIO ROBERTO DE SOUZA

NOÇÕES DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Ms. Maria Priscila Soares Berro.

Cacoal – RO
2008

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

O acadêmico **CLÁUDIO ROBERTO DE SOUZA** desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema **NOÇÕES DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO**, obedecendo aos critérios do projeto de monografia apresentado ao Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia – Unir, *Campus* de Cacoal.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Destarte, o acadêmico está apto para a apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal, 13 de março de 2008.

Profª Ms. Maria Priscila Soares Berro
Professora Orientadora

CLÁUDIO ROBERTO DE SOUZA

NOÇÕES DAS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO

AVALIADORES

<hr/> Presidente	<hr/> Nota
<hr/> Primeiro avaliador	<hr/> Nota
<hr/> Segundo avaliador	<hr/> Nota
<hr/> Média Final	

RESUMO

SOUZA, Cláudio Roberto. A prova no Processo do Trabalho, 57 páginas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, 2008.

Esta monografia tem por escopo identificar as peculiaridades do instituto da prova no processo do trabalho. Tema de maior relevância, a prova está assentada sobre única teoria geral, na qual são evidenciados os princípios, conceitos e categorias fundamentais. Destacam-se no trabalho os poderes instrutórios do juiz, instrumentos poderosos tendentes à busca de alto grau de probabilidade das alegações das partes, coadunando com os fins político-sociais do processo, sobretudo a pacificação social e o julgamento com justiça. O espaço dedicado pela Consolidação das Leis do Trabalho às regras de processo é bastante exíguo. O próprio diploma consolidado, no entanto, aponta o Código de Processo Civil como fonte para o suprimento de suas lacunas, mas ressaltando a observância dos princípios do processo do trabalho. Dispõe o art. 131 do Código de Processo Civil que o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, porém deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento. Isso explica o fato de a doutrina também denominar de livre convencimento motivado ao sistema da persuasão racional.

Palavras-claves: Prova, Processo do Trabalho, Consolidação das Leis do Trabalho.

RESUMEN

SOUZA, Cláudio Roberto. Nociones de la prueba en el proceso laboral, 57 hojas, Trabajo de Conclusión de Curso. Fundación Universidad Federal de Rondônia - Campus de Cacoal, 2008.

El objetivo de esta monografía es identificar las propiedades del instituto de la prueba en el proceso laboral. Tema de mayor relieve, la prueba está ubicada sobre única teoría general, en la cual son evidenciados los principios, conceptos y rangos fundamentales. Se destacan en el trabajo los poderes instructorios del juez, instrumentos poderosos tendientes a la búsqueda de alto grado de probabilidad de las alegaciones de las partes, armonizándose con los fines político-sociales del proceso, sobre todo, la pacificación social y el juzgamiento con justicia. El espacio dedicado por la Consolidación de las Leyes del Trabajo a las reglas de proceso es por demás pequeño. El propio diploma consolidado, por su vez, indica el Código de Proceso Civil como fuente para el suprimiento de sus lacunas, pero resalvando la observación de los principios de proceso laboral. Se lo dispone el artículo 131, del Código de Proceso Civil, que el juez se le examinará libremente la prueba, atendiendo a los hechos y circunstancias que se los están en los autos, aunque no alegados por las partes, que se le deberá indicarlas en la sentencia los motivos que se les formaran el convencimiento. Eso explica el hecho de la doctrina también denominarla de libre convencimiento motivado al sistema de la persuasión racional.

Palabras-llaves: Prueba, Proceso Laboral, Consolidación de las Leyes del Trabajo.

Agradeço a Deus que me abençoa, dando-me saúde e persistência. Agradeço, ainda, à Unir que me possibilitou a concretização deste sonho, a minha esposa Regiane e ao meu filho Gabriel pela compreensão e apoio.

“Eis que Deus é o meu ajudador, o Senhor é quem me sustenta a vida” (Salmos 54:4).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. DOS PRINCÍPIOS DA PROVA.....	11
2.1 PRINCÍPIO DA NECESSIDADE DA PROVA.....	11
2.2 PRINCÍPIO DA UNIDADE DA PROVA.....	11
2.3 PRINCÍPIO DA LEALDADE DA PROVA.....	12
2.4 PRINCÍPIO DA CONTRADIÇÃO.....	12
2.5 PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES.....	12
2.6 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	13
2.7 PRINCÍPIO DA IMEDIAÇÃO.....	13
2.8 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA PROVA.....	13
3. DO OBJETO DA PROVA.....	15
3.1 ENFOQUE CONCEITUAL.....	15
3.2 FATOS NOTÓRIOS.....	17
3.3 FATOS INCONTROVERSOS.....	17
3.4 FATOS QUE A LEI PRESUME EXISTENTES OU VERDADEIROS.....	18
3.5 DA PROVA DO DIREITO ESTADUAL, MUNICIPAL, ESTRANGEIRO OU DOS CONSUEUDINÁRIO.....	19
3.6 FATOS RELEVANTES E IRRELEVANTES.....	19
4. ÔNUS DA PROVA.....	21
4.1 DO ÔNUS SUBJETIVO E DO ÔNUS OBJETIVO.....	23
5. DOS MOMENTOS DA PROVA.....	24
5.1 DO MOMENTO DO REQUERIMENTO.....	24
5.2 DO MOMENTO DO DEFERIMENTO.....	25
5.3 DO MOMENTO DA PRODUÇÃO.....	25
6. DA VALORAÇÃO DA PROVA.....	26
6.1 O PRINCÍPIO IN DUBIO PRO MISERO.....	28

7. MEIOS DE PROVA.....	30
7.1 DEPOIMENTO PESSOAL.....	30
7.2 CONFISSÃO.....	32
7.2.1 Espécies de confissão.....	35
7.3 PROVA TESTEMUNHAL.....	36
7.3.1 Características da testemunha.....	37
7.3.2 Pessoas que não podem depor como testemunha.....	38
7.4 PROVA PERICIAL.....	42
7.4.1 Espécies de prova pericial.....	45
7.4.2 Classificação da prova pericial.....	42
7.5 PROVA DOCUMENTAL.....	46
7.5.1 Classificação.....	47
7.5.2 Formação e eficácia dos documentos públicos.....	48
7.5.3 Documento feito por oficial público incompetente.....	48
7.5.4 Documentos não originais.....	49
7.5.5 Requisição de documentos.....	50
7.6 INSPEÇÃO JUDICIAL.....	50
7.6.1 Lugar da inspeção.....	51
7.6.2 Inspeção cumulada com perícia.....	52
7.6.3 Auto de inspeção.....	52
8. PROVA EMPRESTADA.....	52
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
10. REFERÊNCIAS.....	56